

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Da Sra Luizianne Lins)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a violência estrutural.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir a violência estrutural.

JUSTIFICATIVA

É do nosso conhecimento que a violência é resultado de vários aspectos e determinações de como a nossa sociedade se estrutura, portanto, em contato com a pesquisa de doutorado realizada pela Professora da Universidade Federal do Amazonas, Milena Barroso, resolvemos propor um debate sobre a violência contra a mulher a partir da perspectiva estrutural e fazer uma reflexão sobre as diversas formas que a violência se expressa e se firma em meio as nossas relações.

A tese estudou a relação entre a violência contra as mulheres e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A autora e pesquisadora traz que a violência contra as mulheres podem ser sintetizadas na expropriação-opressão, exploração das terras, espaços e corpos das mulheres, com destaque para o estupro, mas também sob outras expressões, algumas comumente reconhecidas – como é o caso da violência conjugal e do assédio moral e sexual –, e outras subsumidas nas relações sociais, quer pelas violências mais diretas, quer pela própria dinâmica das relações que a naturalizam – o etnocídio, a expropriação de terras e meios de trabalho, a exploração do trabalho, o racismo contra as mulheres indígenas, ribeirinhas e negras.



A pesquisa também apontou que o enfrentamento à violência contra as mulheres pelas políticas de Estado, quando ocorre, dá-se com foco na violência doméstica e na responsabilização e culpabilização individual dos sujeitos. Logo, novos patamares de sociabilidade não são possíveis se as relações continuarem a ser fragmentadas, responsabilizando individualmente os sujeitos e buscando soluções nas “grades” e “prisões”.

Diante disso compreendemos que a violência contra mulher tem uma base sólida e profunda, tem capilaridades para além da questão de gênero e está associada ao patriarcado, racismo e capitalismo. E é sobre esse arcabouço que propomos realizar uma audiência pública para aprofundar a discussão conceitual, ouvir e conhecer trabalhos e pesquisas sobre os diversos segmentos de mulheres que sofrem a violência que se constrói a partir das múltiplas dimensões, refletir suas especificidades a fim de compreendermos a complexidade de tal situação e as necessidades reais para garantirmos uma vida digna para todas.

A sociedade capitalista envolve desigualdades de condições e oportunidades, relação de poder, contradições, privilégios, discriminação, opressão, dominação e lutas de classe. Tudo isso tem impacto e afeta diretamente a vida das mulheres, nossos corpos, direitos, acesso a políticas públicas e justiça, por isso a intenção de discutir a violência estrutural. Tenho clareza que é necessário um debate continuado e que a discussão e possíveis construções, inclusive legislativas não se esgotam em uma audiência, carece de uma transformação social, política, econômica, cultural e ambiental. No entanto essa é uma iniciativa de trazer mais elementos para análise e elaboração de estratégias de atuação dessa Comissão, na defesa e proteção das mulheres.

Para o debate convidamos:

1. Milena Fernandes Barroso – Professora da Universidade Federal do Amazonas, autora da pesquisa “O começo do fim do mundo: a violência contra as mulheres e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”;
2. Maria Elaene Rodrigues Alves – Professora da Universidade de Brasília, autora da pesquisa “Pequena memória para um tempo sem memória: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-militar de 1964-1985”;

3. Tatiana Raulino de Sousa – Professora da Universidade Federal de Campina Grande, autora da pesquisa “Crise do capital, tráfico de mulheres e exploração sexual: a economia política em debate”;
4. Sônia Guajajara – Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;
5. Luizianne Lins – Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores do Ceará;
6. Talíria Petrone – Deputada Federal do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro e Coordenadora da Frente Parlamentar Feminista e Antirracista.

Sala de Comissões, de outubro de 2019.

Deputada Federal Luizianne Lins – (PT/CE)
Relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra Mulher

